

Mediativo e jornalismo*

Janete dos Santos Bessa Neves

PUC-Rio

1. Introdução

O jornalista Luís Edgar de Andrade, em artigo para o Jornal do Brasil intitulado “Almoço no Hotel Danúbio”, 28/07/03, p. A11, escreve:

“Cheguei a São Paulo na quinta-feira, para entregar à revista *Realidade* uma reportagem sobre a violência humana. O texto terminava assim: “O homem é o mais agressivo de todos os animais”. O editor mudou a frase para: “**Segundo alguns especialistas**, o homem é o mais agressivo de todos os animais”. (grifo meu)

(O autor do texto se reportou a um período da ditadura militar, no Brasil, quando, hospedado no hotel cujo nome registra no título, foi interpelado por dois policiais e levado à prisão. A reportagem **citada** foi publicada, na revista *Realidade*, conforme cita o autor, após esse acontecimento.)

Com a intervenção do editor, temos no fragmento acima o que se designa de mediativo (**Segundo alguns especialistas**). O jornalista construiu uma asserção, ou seja, validou a relação predicativa, e o editor, objetivando mascarar a posição do autor em relação ao objeto construído, tendo em vista a censura imposta à época, recorreu a um processo lingüístico em que ficasse caracterizado que o conhecimento foi construído por uma outra fonte enunciativa e não pelo jornalista.

Mostraremos neste trabalho que existe uma estreita relação entre *mediativo e linguagem jornalística*¹, já que, por trabalhar com a notícia e por ser através da mesma que se desenvolve toda a atividade jornalística, o jornalismo muitas vezes necessita recorrer a expedientes lingüísticos que revelem de que forma foi apurada a notícia a ser veiculada, ou seja, se constatada diretamente pelo jornalista ou se conseguida de forma indireta. Recorremos aos conceitos da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas de Antoine Culioli e aos estudos sobre mediativo, definidos por Z. Guentchéva, para a análise e descrição de enunciados que foram compilados em periódicos da imprensa brasileira e portuguesa.

*Agradeço leitura e comentários das Professoras Maria Henriqueta Costa Campos e Teresa Oliveira.
¹ O presente artigo se constitui um prolongamento do trabalho realizado em parceria com Teresa Oliveira publicado nas Actas do VIII Simpósio Internacional de Comunicación Social (Neves & Oliveira 2003).

Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, 2003, pp. 615-622.

2. Definição de mediativo

O termo mediativo foi adotado por Guentchéva, entre outros, para designar “a categoria gramatical que indica que o enunciador faz referência a situações (estáticas ou dinâmicas) das quais ele não assume a responsabilidade, por ter tido conhecimento delas por via indireta, o que lhe permite manifestar diversos graus de distância em relação ao conteúdo da sua própria mensagem, e permite ao co-enunciador pôr em questão, refutar o conteúdo da mensagem”. (trad. Guentchéva 1996: 11).

O mediativo tem sido estudado, particularmente, em línguas em que as formas verbais comportam marcas morfológicas que indicam a fonte enunciativa (como o búlgaro, o turco, o albanês, o armênio, o tibetano, diversas línguas ameríndias, etc.). Estudos têm sido realizados igualmente nas línguas Tupí-Guaraní, que identificam expressões de evidencialidade (a partir do termo “evidencial”, empregado como expressão linguística de atitude relativa ao conhecimento, com base em Jakobson (1957) e Chafe & Nichols²), como o estudo realizado por Cabral (1999) em que destaca duas dessas expressões: “o constativo, que indica que o locutor teve acesso ao conteúdo de uma informação por via direta” e “o mediativo que sinaliza que o locutor teve acesso ao conteúdo de uma informação por via indireta, o que significa em várias línguas que a informação foi obtida através de um terceiro”.

Nesse trabalho, Cabral nos diz que “os primeiros resultados do estudo comparativo sobre as partículas evidenciais Tupí-Guaraní *constativas* e *mediativas* indicam que elas distinguem fundamentalmente informações: (a) baseadas na experiência pessoal do locutor, (b) obtidas através de uma terceira pessoa, (c) conhecidas através de disques³, (d) adquiridas em sonhos, (e) originárias de um mito e (f) resultantes de uma inferência”. Com exceção do item (a), todas as outras formas de aquisição de informação caracterizam o mediativo.

Essa autora nos mostra ainda que as partículas que possuem cognatos em línguas de todos os subgrupos Tupí-Guaraní são as dos grupos (a), (b), (c) e (f), que constituem a base para a reconstrução das seguintes expressões de evidencialidade: **rakó ~ kó* (constatado pelo locutor); **ra'é* (não constatado pelo locutor – mediativo); **je* (disque – mediativo); e **nipo ~ *ipó ~ *pó* (inferencial – mediativo).

No português, como em outras línguas, não encontramos marcas morfológicas identificadas como mediativo. No entanto, podemos encontrá-lo, no discurso jornalístico, assinalado por processos sintáticos e/ou por marcadores não exclusivos desse valor, como, por exemplo, advérbios de frase, do tipo *aparentemente*, *visivelmente*, *certamente*, *supostamente*, os verbos modais *dever* e *poder* com valor epistêmico, fórmulas introdutórias do discurso relatado (*de acordo com X*, *segundo X*, *para X*), as aspas de citação, entre muitos outros recursos (Neves & Oliveira, 2003: 824). Além desses, encontramos, também marcadores de mediativo, adjetivos, como *suposto* (“suposto militar”) e *alegado* (“alegados cúmplices”) em:

² CHAFE, W. & NICHOLS, J. (1986) *Evidentiality: The Linguistic Coding of Epistemology, Advances in Discourse*, vol. XX, Norwood-New Jersey: Albex Publishing Corporation.

³ Este termo refere-se a “diz que”, como no exemplo em português: “Diz que Lisboa está muito quente nesta época”.

- (1) “Um **suposto** militar americano diz ter encontrado 36 milhões de dólares de traficantes e quer ajuda para escondê-lo.” (“O conto-do-vigário virtual”, *Veja*, 4/12/2002, p. 124)
- (2) “Dois **alegados** cúmplices do atirador que abateu com três tiros na face um dos mais poderosos homens do “submundo” da capital sérvia – e cujo funeral decorreu na passada quinta-feira –, também se encontrarão detidos”. (“Polícia anuncia prisão do assassino”, *Diário de Notícias*, 23/01/2000)

3. Abordagem enunciativa e mediativo

Entendemos, com base na teoria culioliana, que ao tratarmos do mediativo, em notícias publicadas em jornais, estamos realizando um estudo no âmbito do enunciador, identificado como S, em atividade de linguagem. É S que assume a responsabilidade pelas operações de modalização⁴, construindo os diferentes valores modais de um enunciado, que resumidamente podem ser epistêmicos (valores da asserção), apreciativos e intersubjetivos (Culioli, 1990).

Ao falar de mediativo, falamos da categoria gramatical que exprime “a relação que se constrói entre a significação e o tipo de conhecimento – imediato ou mediato – que lhe é subjacente” (Campos 2001: 326), pois, quando se produz um texto, o que está em jogo é a construção da significação e nessa construção o enunciador revela parte do conhecimento que possui para dessa forma emitir opinião.

Daí Campos (2001: 338) sustentar a interação entre o mediativo e a modalidade, funcionando aquele como uma subcategoria desta, já que “o mediativo fornece à modalidade informação sobre a maior ou menor fiabilidade de uma informação, contribuindo para um valor modal epistêmico dentro de uma escala que vai da asserção estrita aos vários graus de probabilidade”.

Na teoria culioliana, o valor mediativo se constrói a partir de uma ruptura enunciativa, ou seja, “qualquer ocorrência de um enunciado mediativo introduz necessariamente uma situação de enunciação mediatizada Sit_M que está em ruptura com a situação de enunciação [origem] Sit_0 ” (trad. Guentchéva 1994: 11, apud Oliveira, 2001).

Assim, o valor mediativo vai operar sobre uma *ruptura*, que quer dizer que Sit_M é referencialmente independente de Sit_0 e essa ruptura pode ser global ou afetar apenas um dos parâmetros: os enunciadores ou os instantes. Um enunciador mediatizado (S_M), em ruptura com S_0 , é fundamentalmente indeterminado; um instante mediatizado (T_M), em ruptura com T_0 , surge como fictício (Guentchéva 1994: 11-12). É a partir desses parâmetros mediatizados que analisaremos os enunciados jornalísticos.

⁴ O modelo lingüístico elaborado por Culioli é marcado por uma teoria de operações subjacentes à construção dos enunciados designadas operações predicativas e operações enunciativas. As operações de modalização referem-se às operações enunciativas (Culioli, 1990).

4. Mediático no jornalismo: uma proposta de sistematização

Sendo particularmente sensível à questão da fonte enunciativa, o discurso jornalístico é o domínio privilegiado das construções mediatizadas, através das quais o jornalista cria distanciamento e desresponsabilização em relação às afirmações produzidas (Neves & Oliveira, 2003: 824).

A partir de Neves & Oliveira (2003: 825-827), temos uma sistematização das construções mediatizadas utilizadas na linguagem jornalística. Assim, essas construções no jornalismo seriam da seguinte ordem:

(i) atribuição direta do discurso a outra fonte enunciativa, que pode ser:

→ **recurso às aspas:**

- (3) “Alberto Torres defende que teria sido preferível aguardar alguns dias para vir a público tomar uma posição, admitindo embora que o comandante – Ramos de Campos – possa ter sido “enganado” ou “mal informado” sobre o sucedido.” (Por Alexandra Campos e Leonete Botelho “ASPP aconselha prudência”, *Público*, 22/01/2000).

O enunciador (S_0), os jornalistas em questão, constrói uma ruptura que dá origem a um enunciador mediatizado, no caso Alberto Torres, para que este seja o responsável pelo que está informado entre aspas.

→ **menção clara da fonte enunciativa:**

- (4) “**Para Alberto Torres**, o facto de haver dois carros-patrolha amolgados e dois agentes de baixa médica por agressões sofridas no local parece ser demonstrativo da violência com que os elementos da PSP terão sido recebidos pela família cigana da vítima.” (Por Alexandra Campos e Leonete Botelho, “ASPP aconselha prudência”, *Público*, 22/01/2000).

Já nesse exemplo a distância é assinalada pela expressão “*Para Alberto Torres*”, ou seja, é atribuída a este a responsabilidade pela validação do conhecimento construído e não aos jornalistas.

→ **disjunção enunciativa:**

- (5) “Quando o ex-deputado e ex-ministro alemão Manfred Kanther, conhecido como “Xerife negro” confessou ser ele o gestor da conta do partido democrata-cristão alemão CDU, **soube-se** que essa conta era da Société de Banques Suisses (hoje integrada na Union des Banques Suisses, em UBS). Mas condenar Kanther (ex-ministro alemão do Interior) com tanto rigor é excesso de zelo, poderiam responder os suíços.” (“Dinheiro sem rastro”, *Expresso*, 22/01/2000).

A disjunção se caracteriza pela alteridade enunciativa marcada por S_0/S_M , ou seja, S_0 constrói uma distância entre ele e o enunciado a partir do recurso ao S_M indeterminado construído em *soube-se*.

A disjunção vai ocorrer também nos exemplos abaixo:

- (6) “Com isso, **acredita-se**, os produtos ficariam mais baratos, o consumo aumentaria e, por consequência, os empregos”. (Veja, “Mini-trapalhada”, 4/12/ 2002, p. 54).
- (7) “Muito **se tem falado** sobre a espetacular performance das atividades relacionadas ao *agrobusiness* nos últimos anos, e como este resultado está contribuindo para melhorar as contas públicas.” (Marcos Maiato, “Um país vulnerável”, *O Globo*, 25/08/2003, p. 7).

A validação de cada informação contida nos enunciados é igualmente atribuída a um S_M e isso ocorre com a construção da indeterminação do sujeito expressa em *acredita-se* (6) e *se tem falado* (7).

(ii) **apresentação de fatos inferidos**, que pode ocorrer com dados explicitados no próprio enunciado (exemplo 8), com os verbos *dever* ou *poder* (exemplo 9) e com o verbo *parecer* (exemplo 10):

- (8) “Ao que tudo indica, até porque os espanhóis estão agora a tentar vingar essa tese, o suspeito teria uma identidade diferente da verdadeira quando foi detido em Espanha. Além disso, também alterara o visual, deixando crescer a barba.” (“Burocracia atrasa extradição”, *Público*, 18/01/2000).

A inferência, que resulta de um conjunto de conhecimentos construídos a partir de indícios, no enunciado é assinalada por “Ao que tudo indica”, “até porque os espanhóis estão agora a tentar vingar essa tese” e “Além disso, também alterara o visual, deixando crescer a barba”.

- (9) O que **pode** afugentar alguns leitores mais conservadores do mago [Paulo Coelho] são as cenas de sexo, descritas com tintas fortes. Mas essa polêmica só ganhará os holofotes no fim do ano, quando *Onze Minutos* será lançado. (Lauro Jardim, “Radar”, *Veja*, 20.02.02, p. 33).

Nesse enunciado, a inferência se verbaliza no verbo *poder* e baseia-se na interpretação subjetiva de que a boa aceitação das obras de Paulo Coelho se prende ao fato de que este, anteriormente, não escreveu livros com cenas de sexo.

- (10) “Pode-se fazer toda sorte de ressalvas ao presidente Lula, mas uma coisa é inegável: ele tem coragem para enfrentar os desafios. Uma das ressalvas possíveis seria quanto à coerência de seu governo, que num momento **parece** retroceder para um surto estatizante, como vimos ontem, e noutra caminha para a prática liberalizante totalmente oposta.” (Merval Pereira, “Outro desafio”, *O Globo*, 17/08/2003, p. 4)

A inferência ocorre igualmente nesse enunciado com a construção do verbo *parecer*, marcando o valor mediativo. O enunciador indica a conclusão a que será possível chegar a partir de fatos que ele tem conhecimento, como mostra em *como vimos ontem*.

(iii) **distanciamento enunciativo**, a partir da utilização de verbo no *futuro* ou no *condicional*⁶. As formas de *futuro* são mais utilizadas no jornalismo português⁷ e indicam que o jornalista não deseja se responsabilizar pelas afirmações produzidas, mas igualmente não as atribuindo a qualquer outra fonte. Já o condicional⁸ é usado quando se deseja claramente atribuir a responsabilidade a uma outra entidade enunciativa (Neves & Oliveira, 2003: 824-825). O que podemos constatar em (11) e (12), no futuro e no condicional, respectivamente:

- (11) “Esta demissão acontece na semana em que o Ministério Público abriu um inquérito aos negócios (*sic*) da CDU no estado do Hesse, onde se situa a importante capital financeira de Frankfurt, na sequência de alegações de que os democratas-cristãos locais **terão ocultado** fundos depositados na Suíça.” (“Ex-líder da CDU no estado do Hesse demite-se do cargo de deputado”, *Diário de Notícias*, 19/01/00).
- (12) “O dinheiro **seria** proveniente de “comissões” pagas pela petrolífera francesa Elf pela compra da refinaria Leuna, na antiga RDA.” (“CDU não exclui processo contra Koll”, *Público*, 26/01/2000).

Podemos observar que as construções mediatizadas podem ser encontradas não apenas nas seções de *reportagens e notícias*⁹. Em seções como *artigos de opinião, comentários, editoriais, crônicas, colunas assinadas*, encontramos também enunciados com valor mediativo. Daí a proposta do presente trabalho ser *mediativo e jornalismo*, centralizando-se, entretanto, no jornalismo de periódicos, de mídia impressa.

Para o que dissemos acima, temos os seguintes exemplos:

→ em *crônica*¹⁰:

- (13) “Se o mesmo desastre tivesse ocorrido, por exemplo, na câmara municipal de Coimbra, ainda que envolvesse o adjacente convento de Santa Cruz, provavelmente o facto não mereceria mais que uma menção de passagem num breve “flash” do noticiário regional do dia seguinte. (Vital Moreira, “Crónica do falar lisboetês (bis)”, *Público*, 11/01/2000, secção “Espaço público”, p.10).

O autor da crônica constrói um raciocínio de inferência, que se revela por meio (a) da situação hipotética (com a construção da condicional), (b) do marcador de mediativo *provavelmente* e (c) do futuro do pretérito (*mereceria*), sendo que este último assinala ainda uma distância enunciativa.

⁶ Para um aprofundamento do estudo do *futuro* e do *condicional* com valor mediativo, ver Oliveira, 2001.

⁷ Não foi encontrado nenhum exemplo no jornalismo brasileiro de mediativo com o futuro. Em uma pesquisa com falantes constatou-se que não é mesmo comum esse uso no português brasileiro, apesar de se reconhecer esse valor semântico do futuro.

⁸ Segundo Culioli ([1978] 1990: 150), com o condicional jornalístico, “constrói-se um localizador fictício, o que permite dissociar o enunciador do locutor (ou escritor). (...) Isto permite dizer sem tomar a cargo o que se diz”.

⁹ No *Livro de Estilo do Público* temos a distinção entre reportagem e notícia: “Enquanto na notícia predominam o quem e o quê, a reportagem e o inquérito procuram saber o como e o porquê”, p. 250.

¹⁰ No Brasil designa-se *artigo de opinião* e em Portugal, *crônica*.

→ em *editorial*:

- (14) “Na opinião do ministro Sepúlveda Pertence, a credibilidade do Judiciário ganhou dimensões inéditas nos últimos anos.” (“Depois da Tormenta”, Editorial do *Jornal do Brasil*, 19/08/2003, p. A10).

Temos nesse exemplo a construção mediatizada assinalando um distanciamento enunciativo, ou seja, o enunciador (no caso de editorial, o jornalista em nome do jornal) recorre a uma outra entidade enunciativa, através do recurso à construção *Na opinião do ministro Sepúlveda Pertence*, para assumir o que o enunciador prefere não dizer, mantendo distância.

→ em *comentário à notícia*:

- (15) “O documento critica o efeito, o resultado da mudança ideológica e seu corolário em termos de política econômica. Chega a acusar o governo de adotar “orientação marcadamente neoliberal” e de montar uma equipe ministerial com “empresários sem ligação com o PT” em detrimento dos “muitos intelectuais petistas históricos.” (*Veja*, 23/07/2003, p. 42).

O enunciador recorreu ao uso de aspas para se distanciar dos fatos relatados, ou seja, quis com esse recurso explicitar que os dados mencionados foram retirados exatamente como estavam no documento a que se referia, não se responsabilizando desse modo pelo que é dito no documento.

Gostaríamos de destacar, assim, que o mediativo é uma peculiaridade do jornalismo, diferentemente, por exemplo, do recurso à polifonia pertinente ao discurso acadêmico. Neste, quando se recorre à outra fonte, normalmente, a intenção é fortalecer, com o discurso de autoridade, um argumento. Ou, ainda, apresentar um ponto de vista de outro estudioso do mesmo assunto que se deseja contra-argumentar.

5. Conclusão

Mostramos que o mediativo é um recurso lingüístico muito utilizado no jornalismo, pois favorece o distanciamento e desresponsabilização em relação às informações que são veiculadas, considerando que muitas vezes o jornalista necessita disso para não se comprometer e não colocar a empresa jornalística em situação de ameaça de processo judicial, principalmente em notícias e reportagens que não levam o crédito do jornalista responsável.

O exemplo dado no início do texto, em que o editor recorreu a uma construção mediativa para não responsabilizar o jornalista por uma afirmação que o deixaria em situação vulnerável em função do momento político por que passava o Brasil, tem novas versões nos dias de hoje. Muitas vezes o jornalista não quer se comprometer com essa ou aquela corrente política e assim recorre a construções que favorecem esse distanciamento, como no exemplo:

- (16) “A renúncia coletiva, **segundo os médicos**, foi um protesto contra a má administração de Zélia, que é mulher do presidente da Câmara Municipal, Sami Jorge (PDT), e não **teria** experiência em gestão hospitalar.” (“Carta alertava para problemas no Inca desde abril”, *Jornal do Brasil*, 25/08/2003, p. A16).

Das informações veiculadas no enunciado acima, apenas uma é validada pelo jornalista, a de que “Zélia é mulher do presidente da Câmara Municipal”, com o verbo no presente. As informações mais comprometedoras, “a renúncia foi um protesto contra a má administração de Zélia” e “Zélia não tem experiência em gestão hospitalar”, foram atribuídas a outras fontes enunciativas, através da construção da expressão “segundo os médicos” e do condicional “teria”.

Referências

- Cabral, A.S.A.C. (1999) Aspectos gramaticais compartilhados por línguas do Baixo Xingu, Tocantis e Nordeste da Amazônia: partículas evidenciais. *Anais do II Congresso Nacional da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN)*, fevereiro/1999 (versão eletrônica).
- Campos, M.H.C. (1998) *DEVER e PODER. Um subsistema modal do Português*. Lisboa: FCG/JNICT.
- Campos, M.H.C. (2001) Enunciação mediatizada e operações cognitivas. In Silva, A.S. (org.) *Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva*. Braga: APL/UCP, pp. 325-340.
- Culioli, A. ([1978] 1990) Valeurs modales et opérations énonciatives. In *Pour une linguistique de l'énonciation I: Opérations et représentations*. Paris: Ophrys, pp. 135-155.
- Guentchéva, Z. (1994) Manifestations de la catégorie du médiatif dans les temps du français. *Langue Française 102: Les sources du savoir*, pp. 8-23.
- Guentchéva, Z. (1996) Introduction. In Guentchéva, Z. (ed.) *L'énonciation médiatisée*. Louvain/Paris: Éditions Peeters, pp. 11-18.
- Jakobson, R. ([1957] 1963) Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe. In *Essais de Linguistique Générale I*. Paris: Les Éditions de Minuit, pp. 176-196.
- Livro de Estilo do Público* (1998). Lisboa: Público.
- Neves, J.S.B. & T. Oliveira (2003) Estratégias linguísticas de distanciamento no discurso jornalístico: as construções mediatizadas. In Miyares, L.R., C.E. Alvarez Moreno & M.R. Alvarez Silva (orgs.) *Actas do VIII Simpósio Internacional de Comunicación Social, 20-24 de Enero del 2003*. Santiago de Cuba: Centro de Linguística Aplicada, pp. 823-827.
- Oliveira, T. (2001) O futuro e o condicional como marcadores de mediativo. In Correia, C.N. & A. Gonçalves (eds.) *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Coimbra, 2000)*. Lisboa: APL/Colibri, pp. 403-414.